



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Inspeção realizada na Comarca de Camocim/CE

RELATÓRIO

Portaria nº 032/2016 CGJCE

**Corregedor-Geral da Justiça:
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva**

**Juízes Corregedores Auxiliares:
Dr. Rômulo Veras Holanda
Dr. Ricardo Bruno Fontenelle**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

RELATÓRIO

Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do Conselho Superior da Magistratura.

Em cumprimento à Portaria n° 032/2016 desta Corregedoria Geral da Justiça, publicada no Diário da Justiça de 31 de agosto de 2016, encaminha-se a Vossa Excelência o **RELATÓRIO**, mapas e demais papéis alusivos à **INSPEÇÃO** efetivada na **COMARCA DE CAMOCIM/CE**, realizada em setembro de 2016 pelos Juízes Corregedores Auxiliares Rômulo Veras Holanda e Ricardo Bruno Fontenelle, sob a supervisão do Corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA COMARCA INSPECIONADA

Trata-se de Comarca de entrância intermediária, cujo Fórum se encontra situado na Rua 24 de maio, s/n° - Centro, formada por 2 (duas) Varas, com todas as Secretarias e demais setores atinentes às atividades forenses funcionando no mesmo prédio. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no censo de 2010, o Município de Camocim tem 60.158 (sessenta mil e cento e cinquenta e oito) habitantes, distante cerca de 271 km da Capital do Estado. Atualmente, o Município de Camocim possui Cadeia Pública.

Com referência à estrutura física do prédio, a edificação do Fórum está em conformidade com os padrões arquitetônicos aprovados pelo Tribunal de Justiça.

Em relação aos equipamentos de informática (máquina, impressoras,) existentes nas Secretarias, a quantidade é suficiente para o regular andamento dos feitos em tramitação.

METODOLOGIA

Ao iniciar as atividades, os Juízes Corregedores Auxiliares informaram aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a inspeção.

A avaliação do Módulo foi levada a efeito mediante exame de um percentual das ações judiciais em curso, notadamente, os feitos envolvendo presos provisórios; execução penal; Tribunal do Júri; cartas precatórias cíveis e criminais; mandados de segurança; ações civis públicas e por improbidade administrativa; processos inclusos nas Metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); processos inerentes às metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP); demandas que, por expressa disposição legal, exigem prioridade de processamento, inclusive as submetidas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como parte(s) ou interessado(s), crianças ou adolescentes; feitos conclusos para julgamento e, finalmente, os penderes de expedientes.

No dia 28 de setembro de 2016 foi realizada visita à unidade pelos Juízes Corregedores Auxiliares Rômulo Veras Holanda e Ricardo Bruno Fontenelle ocasião em que presente se achava o Juiz Titular da 1ª Vara, Dr. Saulo Gonçalves Santos, o Juiz Titular da 2ª Vara, Dr. Antônio Washington Frota e os servidores lotados nas duas unidades.

DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE CAMOCIM

Exercendo o múnus de Diretor do Foro da Comarca de Camocim, está o Dr. Antônio Washington Frota, juiz titular da 2ª Vara da Unidade Jurisdicional.

No setor de Distribuição e Protocolo do Fórum, verificamos que todas as petições, inquéritos policiais, comunicação de flagrantes, certidões e demais atribuições do setor encontram-se sem atrasos.

Inspeção realizada na 1ª Vara da Comarca de Camocim/CE

JUIZ EM ATUAÇÃO NO MÓDULO

Os serviços judiciários da Unidade, objeto de fiscalização, são desempenhados sob a presidência do Dr. Saulo Gonçalves Santos, Juiz de Direito titular desde 14/06/2016.

Consoante registro em sua ficha funcional, o Judicante foi nomeado para a Magistratura estadual em 18/06/2013, tomou posse em 04/07/2013 e entrou em exercício em 05/07/2013 no cargo de Juiz Substituto na Comarca de Bela Cruz, de Primeira Entrância. Em 27/01/2015 foi promovido por merecimento para o cargo de Juiz da 1ª Vara da comarca de Mombaça, de Entrância Intermediária, vago em virtude da remoção do Dr. Henrique Lacerda de Vasconcelos. Em 14/06/2016 foi removido, a pedido, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Camocim, de Entrância Intermediária, vago em virtude da promoção do Dr. Rogério Henrique do Nascimento, com data de exercício em 30/06/2016, permanecendo nessa situação até a presente data.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A análise da prestação jurisdicional do magistrado foi elaborada tendo como parâmetro o período de setembro de 2014 a agosto de 2016. Assim passamos a analisar a produtividade do magistrado titular da Unidade inspecionada, Dr. Saulo Gonçalves Santos, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses trabalhados, **incluindo suas respondências e auxílio**, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE 09/2014 A 08/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
3783	719	1169	206	7608

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 (vinte e quatro) meses de exercício jurisdicional, o Juiz apresentou movimentação processual média mensal conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE 09/2014 A 08/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
157,62	29,95	48,71	8,58	317

À frente da Unidade inspecionada o Magistrado atuou somente nos meses de

SONAYRA GLEIKA ALVES ARAÚJO	Diretor(a) de Secretaria
FELIPE COUTINHO LIMA BRITO	Servidor(a) do TJCE
MARIA CLÁUDIA ALMEIDA TABOSA	Servidor(a) do TJCE
DENIO DECIO DOS SANTOS	Servidor(a) do TJCE
MICHELE COSTA E SILVA	Servidor(a) cedido
AGNA PAULA BRAGA ROCHA	Servidor(a) cedido
NEIDE FERREIRA GOMES TABOSA	Servidor(a) cedido

Conforme dados extraídos do SGEC, cadastrados no mês de agosto de 2016, a Secretaria estava representada do seguinte modo:

Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	3
Diretor de Secretaria (Cargo comissionado)da Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo).Descrição: DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	1
Total de Terceirizados lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES TERCEIRIZADOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
17.Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	3
Total de estagiários lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: ESTAGIÁRIOS(DADOS DA SERVENTIA)	
TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE	7
Total de Computadores(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada formulário o total de PC em uso no mês) Descrição: COMPUTADORES(DADOS DA SERVENTIA)	7

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Conforme informação fornecida pela unidade no FICOVI, tramitavam na 1ª Vara da Comarca de Camocim, em meados de setembro/2016, cerca de 3.008 (três mil e oito) processos, sendo 2.133 processos cíveis, 542 processos criminais e 333 processos do juizado da infância e juventude, inclusive atos infracionais.

Os dados constantes do SGEC, informados mensalmente pela Unidade em setembro/2016, apontaram a existência de acervo distinto do informado no FICOVI: 2.623 (dois mil seiscentos e vinte e três) processos no total, sendo 1.915 cíveis, 287 criminais e 421 do juizado

da infância e juventude.

No tocante à abordagem feita por esta Corregedoria-Geral da Justiça, impende consignar o seguinte:

I) **AÇÃO PENAL** – feitos tramitando regularmente com exceção do de nº 9732-18.2011.8.06.0053 paralisado desde 28.2.12 conforme abaixo:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
11572-29.2012.8.06.0053	Visto em inspeção.
5453-72.2000.8.06.0053	Visto em inspeção.
5574-03.2000.8.06.0053	Visto em inspeção.
11222-70.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. Cumprir despacho retro.
11906-92.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para cumprir despacho de fls. 50.
11905-10.2014.8.06.0053	Visto em inspeção.
11905-10.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
9562-12.2012.8.06.0053	Visto em inspeção. Intime-se o defensor do réu acerca da decisão de fls. 46
9732-18.2011.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 28.2.12. Faça-se conclusão para impulso oficial.
11116-74.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para certificar decurso de prazo sem resposta, após conclusão.
10462-24.2014.8.06.0053	Visto em inspeção.
15187-85.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.

II) **EXECUÇÃO DA PENA** – processos tramitando regularmente:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
9919-21.2014.8.06.0053	Visto em inspeção.
12455-68.2015.8.06.0053	Visto em inspeção.
15561-04.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
1464-48.2006.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
14604-03.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.
11600-60.2013.8.06.0053	Visto em inspeção.
11063-93.2015.8.06.0053	Visto em inspeção.
14654-21.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.
11686-60.2015.8.06.0053	Visto em inspeção.
12365-60.2015.8.06.0053	Visto em inspeção.
15239-81.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.
361-40.2005.8.06.0053	Visto em inspeção.

III) CARTAS PRECATÓRIAS – constatou-se que as cartas precatórias vêm tramitando de forma prioritária, todas com movimentação bem recente com exceção da de nº 11855-18.2013.8.06.0053 que, pela movimentação do SPROC, denota ser uma CP de acompanhamento de Livramento Condicional.

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
14840-52.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 30.3.16, Despachada 30.3.16.
15949-04.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 11.8.16, Despachada 11.8.16.
14744-37.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 22.3.16, Despachada 22.3.16. feito paralisado desde 23.5.16. Faça-se conclusão para impulso oficial.
15887-61.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 18.7.16, Despachada 27.7.16.
12450-46.2015.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 25.11.15, Despachada 30.11.15.
12173-30.2015.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 14.8.15, Despachada 19.8.15.
12989-46.2014.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 2.1.16, Despachada 5.2.15.
11384-65.2014.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 23.7.14, Despachada 29.7.14.
16240-04.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 5.9.16, Despachada 20.9.16.
11972-38.2015.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 13.10.15, Despachada 19.10.15. À diretora para assinar certidão de fls. 04.
11855-18.2013.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 14.10.13, Despachada 29.10.13. Cumprir o que foi determinado na inspeção de fls. 10, há quase dois anos.
16227-05.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 1.9.16, Despachada 20.9.16.
16225-35.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 1.9.16, Despachada 20.9.16.
15739-50.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 30.6.16, Despachada 4.7.16.
15703-08.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 27.6.16, Despachada 4.7.16.
16253-03.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 8.9.16, Despachada 20.9.16.
16254-85.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 8.9.16, Despachada 20.9.16.
15497-91.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 7.6.16, Despachada 13.6.16.
15941-84.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 7.6.16, Despachada 13.6.16.
15489-17.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 7.6.16, Despachada 13.6.16.
15860-78.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 3.8.16, Despachada 4.8.16.
15876-32.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 18.7.16, Despachada 30.7.16.
16120-58.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Recebida em 24.8.16, Despachada 1.9.16.

IV) RÉU PRESO – processos tramitando regularmente.

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
14684-64.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
14865-65.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.
14238-61.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.

12724-44.2014.8.06.0053	Visto em inspeção.
11439-79.2015.8.06.0053	Visto em inspeção.
11905-73.2015.8.06.0053	Visto em inspeção.
15682-32.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.
15775-92.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.
15823-51.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.

V) ATO INFRACIONAL - Feitos tramitando regularmente. A seguir a relação dos processos vistoriados:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
12599-42.2915.8.06.0053	Visto em inspeção.
15867-70.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.
10140-38.2013.8.06.0053	Visto em inspeção.
11155-71.2015.8.06.0053	Visto em inspeção.
14658-66.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para certificar possível decurso de prazo, após à conclusão.
14640-45.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.
12500-72.2015.8.06.0053	Visto em inspeção.
12549-16.2015.8.06.0053	Visto em inspeção.

VI) ECA CÍVEL – Dos feitos inspecionados verificou-se regularidade na tramitação com exceção do Processo nº 12425-33.2015.8.06.0053, paralisado desde 24.2.16:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
10926-48.2014.8.06.0053	Visto em inspeção.
10543-70.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
10613-87.2014.8.06.0053	Visto em inspeção.
16173-39.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.
14398-86.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria par cumprir despacho de fls. 44.
8603-75.2011.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para renovar ofício de fls. 64, concedendo prazo de 30 dias para cumprimento.
12425-33.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 24.2.16. À secretaria para cumprir despacho retro.
11975-27.2014.8.06.0053	Visto em inspeção.
14291-42.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
9707-34.2013.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para certificar possível trânsito em julgado da sentença.
10539-33.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para cumprir itens “C” e “D” do despacho de fls. 47.

15060-50.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.
10258-43.2015.8.06.0053	Visto em inspeção.
15364-49.2016.8.06.0053	Visto em inspeção.
10206-47.2015.8.06.0053	Visto em inspeção.

VIII) AÇÕES CIVIS PÚBLICAS E POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Há processos com tramitação irregular. Feitos paralisados há muito tempo, conforme abaixo:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
10697-59.2012.8.06.0053	visto em inspeção.
11871-69.2013.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 24.9.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
11895-97.2013.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 22.2.16. Faça-se conclusão para impulso oficial.
10020-58.2014.8.06.0053	visto em inspeção.
11874-24.2013.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 1.10.14. Faça-se conclusão para impulso oficial.
11778-09.2013.8.06.0053	visto em inspeção. À secretaria de vara para cumprir o despacho de fl. 130. Feito paralisado desde 23.5.16.
11300-98.2013.8.06.0053	visto em inspeção.
9944-97.2015.8.06.0053	visto em inspeção. À secretaria para cumprir despacho de fl. 237. Feito paralisado desde 23.5.16.
7624-50.2010.8.06.0053	visto em inspeção. R.H. À secretaria de vara para solicitar a devolução do mandado expedido em 16.3.16, devidamente cumprido.
11896-82.2013.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 1.10.14. Faça-se conclusão para impulso oficial.
10021-43.2014.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 24.9.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
10614-38.2015.8.06.0053	visto em inspeção. À secretaria de vara para cumprir a decisão de fls. 155/156. expedientes necessários. Feito paralisado desde 23.5.16.

IX) IDOSO – Dos feitos inspecionados vários estão tramitando com atraso a saber: 12561-64.2014.8.06.0053, paralisado desde 19.2.16; 10411-81.2012.8.06.0053 paralisado desde 20.7.15; 2214-50.2006.8.06.0053, paralisado desde 9.4.15 e 10908-95.2012.8.06.0053 paralisado desde 27.4.16. A seguir a relação dos processos vistoriados:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
12561-64.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 19.2.16. À secretaria para cumprir despacho retro.
7883-45.2010.8.06.0053	Visto em inspeção.
10013-66.2014.8.06.0053	Visto em inspeção.
8114-38.2011.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
222-15.2010.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para cumprir despacho de fls. 61.

9798-95.2011.8.06.0053	Visto em inspeção.
10190-98.2012.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
10411-81.2012.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 20.7.15. à secretaria para cumprir despacho de fls. 37.
8187-44.2010.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para cumprir despacho retro. (retorno dos autos ao arquivo)
2214-50.2006.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 9.4.15. à secretaria para cumprir despacho de fls. 39.
10908-95.2012.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 27.4.16. Faça-se conclusão para impulso oficial.
10266-88.2013.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.

X) MANDADOS SEGURANÇA - Feitos que apresentavam irregularidades mormente os de nº 10836-40.2014.8.06.0053 e 11929-72.2013.8.06.0053, conforme abaixo:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
10836-40.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para cumprir o despacho de fls. 99, datado de 12.4.16.
11929-72.2013.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para cumprir despacho de fls. 57, datado de 12.4.15.
11553-18.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para cumprir o despacho de fls. 60. Expediente: expedir mandado de intimação.
12667-89.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
12668-74.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
12140-40.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para cumprir o despacho de fls. 135.
12114-76.2014.8.06.0053	Visto em inspeção.

XI) META 2 CNJ - Feitos que apresentavam irregularidades mormente os de nº 617-75.2008.8.06.0053 e 8511-97.2011.8.06.0053, conforme abaixo:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
7455-63.2010.8.06.0053	Visto em inspeção.
617-75.2008.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde o dia 12.4.16. À secretaria para cumprir o despacho de fls. 145.
8511-97.2011.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 08.3.16. Faça-se conclusão para impulso oficial.

LIVROS

Foram examinados os seguintes livros:

1. **Carga Advogados** (Primeiro Termo: 29/03/1995 – Último Termo: 27/09/2016 – Escriturado até as fls. 134 – Não encontradas irregularidades).
2. **Carga Promotor – Livro de Folhas Soltas** (Primeiro Termo: 28/01/1999 – Último Termo: 22/09/2016 – Escriturado até às fls. 134 – Não Rubricado – Não encontradas outras irregularidades).
3. **Carga Defensor Público** (Primeiro Termo: 25/11/2014 – Último Termo: 27/09/2016 – Escriturado até as fls. 13 – Não encontradas irregularidades).
4. **Tombo Cível** (Primeiro Termo: 01/07/2016 – Último Termo: 26/08/2016 – Não numerado – Não Rubricado – Não encontradas outras irregularidades).
5. **Tombo ECA** (Primeiro Termo: 21/01/2016 – Último Termo: 29/08/2016 – Não Numerado – Não rubricado – Não encontradas outras irregularidades).
6. **Tombo Criminal** (Primeiro Termo: 12/01/2016 – Último Termo: 29/08/2016 – Não numerado – não rubricado – Não encontradas outras irregularidades).
7. **Audiências Cíveis** (Primeiro Termo: 19/01/2016 – Último Termo: 26/09/2016 – Escriturado até as fls. 100 – Não encontradas irregularidades).
8. **Audiências Criminais** (Primeiro Termo: 20/01/2016 – Último Termo: 26/09/2016 – Escriturado até as fls. 83 – Não encontradas irregularidades).
9. **Sentenças Criminais** (Primeiro Termo: 05/07/2016 – Último Termo: 21/09/2016 – Escriturado até as fls. 410 – Não encontradas irregularidades).
10. **Sentenças Cíveis** (Primeiro Termo: 06/07/2016 – Último Termo: 05/09/2016 – Escriturado até as fls. 1912 – Não rubricado – Não encontradas outras irregularidades).
11. **Devolução Carta Precatória** (Primeiro Termo: 15/12/2015 – Último Termo: 05/09/2016 – Não numerado – Não rubricado – Não encontradas outras irregularidades).

Diante das irregularidades detectadas, sugere-se ao Magistrado titular da unidade

jurisdicional inspecionada sanar as irregularidades formais atinentes aos livros obrigatórios da Secretaria de Vara como o cumprimento do disposto no § 1º, do art. 391, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei nº 12.342 de 28 de julho de 1994):

§ 1º. Os Livros serão abertos e encerrados mediante termo com a data da abertura e do encerramento sendo que, no caso de livro de folhas soltas, assim expresso no termo de abertura, a data de encerramento será a do último ato registrado. *Os livros serão, também, enumerados em ordem crescente e terão todas as suas folhas numeradas e rubricadas pelo Juiz de Direito da Vara,* constando da capa o fim a que se destina e, da lombada, o número de ordem.

CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO E PROJETOS SUPERVISIONADOS PELO TJCE E CNJ

1. No que se refere à Meta 2 de 2016 do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau), verificou-se um total de **90 (noventa)** processos pendentes em setembro/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

2. Relativo à Meta 4 de 2016 do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013) verificou-se um total de **07 (sete)** processos pendentes em setembro/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

3. Quanto à Meta 6 de 2016 (identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º grau), verificou-se um total de **05 (cinco)** processos pendentes em setembro/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação desses processos, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ.

4. A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores

(META 3 de 2009);

5. A Unidade informou que o Magistrado está cadastrada nos sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud. (META 8 de 2009);

6. As informações processuais se encontram acessíveis e atualizadas nos portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça (META 3 de 2012);

7. O Magistrado participou do Curso de Formação em Capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas (META 8 de 2010);

8. O sistema de registro audiovisual foi implantado na Secretaria (Meta 2 de 2011);

9. A Unidade utiliza o MALOTE DIGITAL;

10. Em referência as **Metas 1 de 2014, 2015 e 2016 do CNJ**, todas no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos, conforme dados coletados e discriminado nos quadros abaixo:

A) META 1 de 2014: foram julgados **417** processos e distribuídos **1073**. A meta NÃO foi cumprida;

B) META 1 de 2015: a Vara NÃO atingiu a meta de julgar, em 2015, processos em número maior do que os distribuídos (foram distribuídos **773** processos e julgados **277** processos);

C) META 1 de 2016: quando considerado o período até setembro do presente ano, de acordo com dados extraídos do SGEC, constatou-se que esta meta vem sendo atingida, pois os feitos sentenciados superam os processos distribuídos. Há informação de **560** (quinhentos e sessenta) feitos novos ingressados e **902** (novecentos e dois) sentenciados;

SEC. DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM								
				JULGADOS				
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	Julgados %
2014	1073	324	30.2	414	3	0	417	38.86
2015	773	344	44.5	268	9	0	277	35.83
2016	560	531	94.82	146	593	163	902	161.07

	2406	1199	49.83	828	605	163	1596	66.33
--	------	------	-------	-----	-----	-----	------	-------

RECLAMAÇÕES

No curso da Inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados ou jurisdicionados quanto ao desempenho do Magistrado ou ao funcionamento da secretaria da Unidade Inspecionada.

CADEIA PÚBLICA DE CAMOCIM

Na visita efetuada à Cadeia Pública de Camocim verificou-se que a mesma apresenta-se com superlotação de presos, entretanto há efetivo de policiais militares e de agentes prisionais.

São cinco celas para detentos do sexo masculino e 01 cela para detentas do sexo feminino.

Apesar disso apresenta-se com razoável aspecto de limpeza.

A refeição é fornecida pela SEJUS e há Conselho da Comunidade implantado naquela Comarca.

Não há registro de fugas recente.

CASA DO MAGISTRADO

Os imóveis que serviram de residências dos Magistrados da Comarca de Camocim estão inabitáveis, tendo sido informado que o Departamento de Engenharia e Manutenção do TJCE fez vistorias nos mesmos mas não informou à Comarca o resultado dessas vistorias.

RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo de outras orientações, foi recomendado, por ocasião do encerramento da inspeção, o seguinte:

1) Manter a atenção e monitoramento da efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2016, com destaque para a Meta 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) – Referida Meta do CNJ está sendo alcançada no presente ano; e Meta 2 (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até

31/12/2012, no 1º grau);

- 2) As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso e os feitos que possuem tramitação prioritária (previstos na Lei nº. 12.008/2009 e Resolução nº. 18/2008-TJCE) e as que figuram como partes crianças ou adolescentes, **deverão ser identificadas e continuar tramitando mediante fluxo diferenciado**, especialmente, no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes;
- 3) Manter a atenção que vem sendo deferida aos processos de réus presos, apreciando, *ex officio*, o excesso de prazo na formação da culpa;
- 4) Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;
- 5) Deve ser adotado o Manual de Rotinas – Procedimento Cível Ordinário, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor de Secretaria, o que permitirá maior celeridade aos processos;
- 6) Dedicar maior atenção ao cumprimento e devolução das cartas precatórias;
- 7) Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI.

CONCLUSÃO

Os trabalhos inspeccionais permitiram o exame de considerável percentual do acervo processual, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Considerando as verificações quanto à tramitação dos feitos, constatou-se que, no período de análise, ponderando o elevado acervo processual da Unidade e as condições de trabalho, a prestação jurisdicional é satisfatória na **1ª Vara da Comarca de Camocim**, em especial com um substancial incremento no atendimento da META 1 - CNJ (vide quantidade de processos julgados x processos distribuídos) e com relativa boa produtividade da Vara.

Não foram detectadas irregularidades ou situações que possam comprometer o regular desempenho da atividade jurisdicional, uma vez que os pontos destacados no presente relatório são perfeitamente sanáveis.

Inspeção realizada na 2ª Vara da Comarca de Camocim/CE

JUIZ EM ATUAÇÃO NO MÓDULO

Os serviços judiciários da Unidade, objeto de fiscalização, são desempenhados sob a presidência do Dr. Antonio Washington Frota, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Camocim, com data de exercício em 27 de janeiro de 2015, conforme informação colhida em sua Ficha Funcional.

Ainda conforme informação colhida em sua Ficha Funcional o judicante tomou posse na Magistratura estadual em 04/07/2013 com data de exercício em 05/07/2013 no cargo de Juiz Substituto na Vara Única da Comarca de Varjota, de Entrância Inicial. Foi promovido por antiguidade em 27/01/2015, com data de exercício em 27/01/2015, no cargo de Juiz Substituto da 2ª Vara da Comarca de Camocim, de Entrância Intermediária, vago em virtude da promoção da Dra. Andrea Pimenta Freitas Pinto, permanecendo nessa situação até a presente data.

Impende destacar ainda que em 20/10/2015, com data de exercício em 20/10/2015, foi declarada a aquisição de Vitaliciedade, com consequente investidura no cargo de Juiz de Direito, conforme a Portaria disponibilizada no DJE dia 19.10.2015.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A análise da prestação jurisdicional do magistrado foi elaborada tendo como parâmetro os meses de agosto de 2014 a agosto de 2016. Assim passamos a analisar a produtividade do magistrado atualmente Titular da Unidade, Dr. Antonio Washington Frota, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses trabalhados, **incluindo suas respondências e auxílio**, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE 08/2014 A 08/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS

3158	1937	2896	524	7438
------	------	------	-----	------

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 (vinte e quatro) meses de exercício jurisdicional, o Juiz apresentou movimentação processual mensal média conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE 08/2014 A 08/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
131,58	80,7	120,66	21,83	309,91

À frente da Unidade inspecionada, o Magistrado atuou nos meses de janeiro/2015 a agosto/2016 e obteve a estatística processual abaixo:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM, NOS MESES DE JANEIRO DE 2015 A AGOSTO DE 2016 (20 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
2344	1599	2173	474	4559

Junto a 2ª Vara da Comarca de Camocim o Magistrado apresentou a seguinte média processual mensal:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM, NOS MESES DE JANEIRO DE 2015 E AGOSTO DE 2016 (20 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
117,2	79,95	108,65	23,7	227,95

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, preenchido pela Unidade, tem como representante do Ministério Público Titular da 2ª Vara da Comarca de Camocim, o Dr. Paulo Henrique de Freitas Trece, desde 16 de março de 2004.

DEFENSORIA PÚBLICA

A Comarca tem como Defensor Público, em responsabilidade, o Dr. Edmar Lopes Albuquerque não sabendo informar a data da posse.

SECRETARIA DA VARA

A Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Camocim funciona sob a administração da Diretora de Secretaria Marília Firmeza da Costa, em substituição a Jean Marcel de Oliveira Campos, nomeada conforme Portaria nº 1717/2016 publicada no DJ do dia 5 de Outubro de 2016, no Caderno 1, Ano VII, Edição 1538.

A unidade conta ainda com 1 (um) servidor pertencente ao quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), 09 (nove) funcionários cedidos por outro Órgão Público, conforme discriminado abaixo:

MARÍLIA FIRMEZA DA COSTA	Diretora de Secretaria
NISLENE CORDEIRO DE OLIVEIRA	Servidor(a) do TJCE
MISLENE DE OLIVEIRA ROCHA	Servidor(a) de outro Órgão Público
ÉRICA SOUSA FONTENELE	Servidor(a) de outro Órgão Público
MARIA ANYSIA DA SILVA PINTO	Servidor(a) de outro Órgão Público
CAMILA CARVALHO MENESES RODRIGUES ROCHA	Servidor(a) de outro Órgão Público
ANTONIO ADAILTON DOURADO	Servidor(a) de outro Órgão Público
MANOELA ARRUDA DE CARVALHO	Servidor(a) de outro Órgão Público
EDMA LOPES DA ROCHA	Servidor(a) de outro Órgão Público
IZABELLE BARROS PEREIRA	Servidor(a) de outro Órgão Público
FRANCISCO DARLAN DAS CHAGAS FERREIRA	Servidor(a) de outro Órgão Público

Conforme dados extraídos do SGEC, cadastrados no mês de agosto de 2016, a Secretaria estava representada do seguinte modo:

Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	1
Diretor de Secretaria (Cargo comissionado)da Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo).Descrição: DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	1
Total de Terceirizados lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES TERCEIRIZADOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
17.Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	9
Total de estagiários lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: ESTAGIÁRIOS(DADOS DA	0

SERVENTIA)	
TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE	11
Total de Computadores(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada formulário o total de PC em uso no mês) Descrição: COMPUTADORES(DADOS DA SERVENTIA)	8

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Conforme informação fornecida pela unidade no FICOVI, tramitavam na 2ª Vara da Comarca de Camocim, em meados de agosto/2016, cerca de 6.214 (seis mil duzentos e quatorze) processos, sendo 3.373 cíveis e 2.841 criminais.

Os dados constantes do SGEC, informados mensalmente pela Unidade em agosto/2016, apontaram a existência de acervo distinto do informado no FICOVI, recomendando-se, na ocasião, à Secretaria, que mantivesse vigilância permanente para que houvesse compatibilidade dos quantitativos consignados nos dois sistemas (SPROC e SGEC), bem assim nas informações estatísticas do CNJ.

No tocante à abordagem feita por esta Corregedoria-Geral da Justiça, impende consignar o seguinte:

D) ESTATUTO DO IDOSO – os processos inspecionados enquadrados como prioritários em razão do Estatuto do Idoso em trâmite na Unidade estavam identificados como tal, mas foi verificado uma série de atrasos como a seguir elencado:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1941-03.2008.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 29.11.11. À secretaria para cumprir despacho retro.
11955-02.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 17.12.15. À secretaria para cumprir despacho de fls. 30.
11957-69.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 17.12.15. À secretaria para cumprir despacho inicial.
10596-17.2015.8.06.0053	Visto em inspeção
10039-98.2013.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 30.3.15. À secretaria para cumprir despacho de fls. 39/40.
11312-44.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 14.8.15. À secretaria para cumprir despacho inicial.
11311-59.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 14.8.15. À secretaria para cumprir despacho inicial.

11135-80.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 10.8.15. À secretaria para cumprir decisão de fls. 27.
12553-53.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
9040-19.2011.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 17.4.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
12222-71.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. À secretaria para certificar decurso de prazo, após concluso.
15824-36.2016.8.06.0053	Visto em inspeção
12560-79.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 5.8.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.

III) **RÉU PRESO** – processos tramitando regularmente.

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
15398-24.2016.8.06.0053	visto em inspeção
15234-59.2016.8.06.0053	visto em inspeção
10724-37.2015.8.06.0053	visto em inspeção
1178-17.2015.8.06.0053	visto em inspeção
14679-42.2016.8.06.0053	visto em inspeção
10130-23.2015.8.06.0053	visto em inspeção
15102-02.2016.8.06.0053	visto em inspeção
15013-76.2016.8.06.0053	visto em inspeção
16107-59.2016.8.06.0053	visto em inspeção. Faça-se conclusão
16020-06.2016.8.06.0053	visto em inspeção
10762-49.2015.8.06.0053	visto em inspeção
15358-42.2016.8.06.0053	visto em inspeção
15917-96.2016.8.06.0053	visto em inspeção

III) **CARTAS PRECATÓRIAS** – constatou-se que as cartas precatórias vinham tramitando de forma prioritária, todas com movimentação bem recente e despachadas em prazo razoável pelo Magistrado. Entretanto foram anotadas algumas irregularidades (mandados não cumpridos pelos Oficiais de Justiça) conforme abaixo:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
11803-51.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 28.9.15, Despachada 6.10.15. À secretaria para cobrar devolução do mandado devidamente cumprido, bem como justificativa pela demora no cumprimento.
9525-772915.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 13.1.15, Despachada 27.1.15. À secretaria para cobrar devolução do mandado devidamente cumprido, bem como justificativa pela demora em sua

	devolução.
15967-25.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 3.8.16, Despachada 8.8.16.
15788-91.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 8.7.16, Despachada 5.7.16.
15783-69.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 8.7.16, Despachada 15.7.16.
15450-20.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 23.5.16, Despachada 31.5.16.
15783-84.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 8.7.16, Despachada 15.7.16.
16141-34.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 23.8.16, Despachada 24.8.16.
16202-89.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 31.8.16, Despachada 8.9.16.
15905-82.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 25.7.16, Despachada 3.8.16. À secretaria para cumprir despacho, após o juiz confirma assinatura. Assinar despacho supra.
11419-88.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 13.8.15, Despachada 26.8.15. à secretaria para cobrar devolução do mandado devidamente cumprido e digo justificativa na demora do cumprimento.
11582-68.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 31.8.15, Despachada 8.9.15. à secretaria para cobrar devolução do mandado devidamente cumprido e justificativa pela demora no cumprimento.
15662-41.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 23.6.16, Despachada 15.7.16.
16040-94.2016.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 11.8.16, Despachada 16.8.16.
12346-88.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. Recebida em 31.8.15, Despachada 8.9.15. à secretaria para cobrar devolução do mandado devidamente cumprido bem como justificativa pela demora no cumprimento.

V) **MANDADOS DE SEGURANÇA** – os mandados de segurança encontravam-se com tramitação lenta por conta da demora da secretaria em cumprir as decisões:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
12737-43.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito com tramitação lenta por conta da demora da secretaria em cumprir a decisão.
11730-16.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito com tramitação lenta por conta da demora da secretaria em cumprir a decisão.
11746-67.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito com tramitação lenta por conta da demora da secretaria em cumprir a decisão.
11732-83.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito com tramitação lenta por conta da demora da secretaria em cumprir a decisão.
11711-10.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito com tramitação lenta por conta da demora da secretaria em cumprir a decisão.
11748-37.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 12.6.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
9821-70.2013.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 2.2.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.

11061-94.2013.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 1.12.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
12520-63.2015.8.06.0053	Visto em inspeção

V) META 2 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) Foram registrados atrasos considerados na tramitação dos processos enquadrados como META 2 do CNJ:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
8389-84.2011.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 16.6.14. Faça-se conclusão para impulso oficial.
9385-82.2011.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 3.3.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
9899-35.2011.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 6.8.15. À secretaria para cumprir despacho supra
2099-58.2008.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 21.10.11. Faça-se conclusão para impulso oficial.
8358-98.2010.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 30.4.13. Faça-se conclusão para impulso oficial.
984-70.2006.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 18.1.12. Faça-se conclusão para impulso oficial.
7967-12.2011.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 3.8.11. Faça-se conclusão para impulso oficial.
8121-64.2010.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 25.1.11. Faça-se conclusão para impulso oficial.
1739-26.2008.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 22.6.11. Faça-se conclusão para impulso oficial.
692-80.2009.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 26.9.12. Faça-se conclusão para impulso oficial.
1429-20.2008.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 16.4.12. Faça-se conclusão para impulso oficial.
9813-64.2011.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 8.9.14. Faça-se conclusão para impulso oficial.
9879-44.2011.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 10.1.12. Faça-se conclusão para impulso oficial.
1629-61.2007.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 6.8.12. Faça-se conclusão para impulso oficial.
2232-71.2006.8.06.0053	Visto em inspeção
5-74.2007.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 21.3.11. Faça-se conclusão para impulso oficial.
8768-59.2010.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 9.9.13. Faça-se conclusão para impulso oficial.
8777-21.2010.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 15.6.11. Faça-se conclusão para impulso oficial.

490-06.2009.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 19.9.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
642-54.2009.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 6.6.11. Faça-se conclusão para impulso oficial.
1718-50.2008.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 24.10.11. Faça-se conclusão para impulso oficial.
2100-43.2008.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 11.11.11. Faça-se conclusão para impulso oficial.
188-84.2003.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 26.10.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
580-48.2008.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 2.8.11. Faça-se conclusão para impulso oficial.
8329-48.2010.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 24.7.15.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
534-25.2009.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 3.10.11. Faça-se conclusão para impulso oficial.
632-44.2008.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 5.8.13. Faça-se conclusão para impulso oficial.
2104-17.2007.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 9.9.13. Faça-se conclusão para impulso oficial.
14633-53.2016.8.06.0053	Visto em inspeção

VI) JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - Também registraram-se atrasos na tramitação dos processos do Juizado Especial Cível. A seguir, exemplos de processos vistos em inspeção:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
12339-33.2013.8.06.0053	Visto em inspeção
12338-48.2013.8.06.0053	Visto em inspeção. À conclusão.
10529-52.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 23.10.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
10106-92.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 25.9.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
9772-29.2013.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 21.8.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
10418-68.2015.8.06.053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 9.3.16. Faça-se conclusão para impulso oficial.
11741-45.2014.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 22.10.14. Faça-se conclusão para impulso oficial.
10840-77.2014.8.06.0053	Visto em inspeção
10508-81.2012.8.06.0053	Visto em inspeção
9807-18.2015.8.06.0053	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 3.6.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.

VII) AÇÕES CIVIS PÚBLICAS E POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – várias irregularidades foram detectadas no trâmite processual das Ações Civis Públicas como o caso do processo nº 925-77.2009.8.06.0053 que foi inspecionado pela CGJ em 19.11.14, e não movimentado, conforme abaixo:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
11923-65.2013.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 10.12.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
12684-62.2014.8.06.0053	visto em inspeção
1392-56.2009.8.06.0053	visto em inspeção
11875-09.2013.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 1.7.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
11873-39.2013.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 5.2.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
11462-25.2015.8.06.0053	visto em inspeção
10673-31.2012.8.06.0053	visto em inspeção
9738-88.2012.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 8.7.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
10834-70.2014.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 19.11.14. Faça-se conclusão para impulso oficial. Obs.: Feito inspecionado pela CGJ em 19.11.14, e não movimentado.
9750-68.2013.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 22.1.16. Faça-se conclusão para impulso oficial.
925-77.2009.8.06.0053	visto em inspeção. Feito paralisado desde 14.1.13. Faça-se conclusão para impulso oficial. Obs.: Feito inspecionado pela CGJ em 19.11.14, e não movimentado.
11742-64.2013.8.06.0053	visto em inspeção

LIVROS

Foram examinados os seguintes livros:

- 1. Protocolo** (Primeiro Termo: 11/03/2010 – Último Termo: 21/06/2016 – Escriturado até as fls. 35 – Não Rubricado – Não encontradas outras irregularidades).
- 2. Carga Defensor Público** (Primeiro Termo: 09/02/2007 – Último Termo: 28/09/2016 – Escriturado até as fls. 34 – Não Rubricado – Não encontradas outras irregularidades).

- 3. Carga Advogado** (Primeiro Termo: 26/02/2009 – Último Termo: 23/09/2016 – Escriturado até as fls. 56 – Não Rubricado – Não encontradas outras irregularidades).
- 4. Carga Promotor** (Primeiro Termo: 11/03/2011 – Último Termo: 19/09/2016 – Escriturado até as fls. 116 – Não Rubricado – Não encontradas outras irregularidades).
- 5. Carga Juiz** (Primeiro Termo: 04/09/2001 – Último Termo: 26/03/2015 – Escriturado até as fls. 22 – Não encontradas irregularidades).
- 6. Carga Procurador** (Primeiro Termo: não há data do termo inicial – Último Termo: 29/08/2016 – Escriturado até as fls. 05 – Não Rubricado – Não encontradas outras irregularidades).
- 7. Rol dos Culpados** (Primeiro Termo: 01/02/2005 – Último Termo: 02/10/2015 – Escriturado até as fls. 05 – Não encontradas irregularidades).
- 8. Audiências JECC Criminal** (Primeiro Termo: 01/12/2015 – Último Termo: 08/07/2016 – Escriturado até as fl. (não informado) – Não Rubricado – Não encontradas outras irregularidades).
- 9. Audiência Crime Justiça Comum** (Primeiro Termo: 18/12/2014 – Último Termo: 14/07/2016 – Escriturado até as fls. 327 – Não encontradas irregularidades).
- 10. Audiência JECC Cível** (Primeiro Termo: 26/02/2015 – Último Termo: 29/04/2016 – Escriturado até as fls. 201 – Rubricado - Não encontradas irregularidades).
- 11. Audiência Cível Justiça Comum** (Primeiro Termo: 25/02/2014 – Último Termo: 06/06/2016 – Escriturado até as fls. 355 – Rubricado - Não encontradas irregularidades).
- 12. Sentenças Criminais** (Primeiro Termo: 05/11/2015 – Último Termo: 20/09/2016 – Escriturado até as fls. 12 – Não Rubricado – Não encontradas outras irregularidades).

Diante das irregularidades detectadas, sugere-se ao Magistrado titular da unidade jurisdicional inspecionada sanar as irregularidades formais atinentes aos livros obrigatórios da Secretaria de Vara como o cumprimento do disposto no § 1º, do art. 391, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei nº 12.342 de 28 de julho de 1994):

§ 1º. Os Livros serão abertos e encerrados mediante termo com a data da abertura e do encerramento sendo que, no caso de livro de folhas soltas, assim expresso no termo de abertura, a data de encerramento será a do último ato registrado. Os livros serão, também, enumerados em ordem crescente e terão todas as suas folhas numeradas e rubricadas pelo Juiz de Direito da Vara, constando da capa o fim a que se destina e, da lombada, o número de ordem.

CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO E PROJETOS SUPERVISIONADOS PELO TJCE E CNJ

1. No que se refere à Meta 2 de 2016 do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau), verificou-se um total de **867 (oitocentos e sessenta e sete)** processos pendentes em setembro/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

2. Relativo à Meta 4 de 2016 do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013) verificou-se um total de **21 (vinte e um)** processos pendentes em setembro/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

3. Quanto à Meta 6 de 2016 (identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º grau), verificou-se um total de **04 (quatro)** processos pendentes em setembro/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação desses processos, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ.

4. A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009);

5. A Unidade informou que o Magistrado está cadastrada nos sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud. (META 8 de 2009);

6. As informações processuais se encontram acessíveis e atualizadas nos portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça (META 3 de 2012);

7. O Magistrado participou do Curso de Formação em Capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas (META 8 de 2010);

8. O sistema de registro audiovisual foi implantado na Secretaria (Meta 2 de 2011);

9. A Unidade utiliza o MALOTE DIGITAL;

10. Em referência as **Metas 1 de 2014, 2015 e 2016 do CNJ**, todas no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos, conforme dados coletados e discriminado nos quadros abaixo:

A) META 1 de 2014: foram julgados **392** processos e distribuídos **1352**. A meta NÃO foi cumprida;

B) META 1 de 2015: a Vara atingiu a meta de julgar, em 2015, processos em número maior do que os distribuídos (foram distribuídos **1300** processos e julgados **1681** processos);

C) META 1 de 2016: quando considerado o período até setembro do presente ano, de acordo com dados extraídos do SGEN, constatou-se que esta meta NÃO vem sendo atingida, pois os feitos distribuídos superam os processos sentenciados. Há informação de **1176** (mil, cento e setenta e seis) feitos novos ingressados e **818** (oitocentos e dezoito) sentenciados;

SEC. DA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM								
				JULGADOS				
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	Julgados %
2014	1356	537	39.6	0	369	23	392	28.91
2015	1300	902	69.38	1676	4	1	1681	129.31
2016	1176	831	70.66	813	5	0	818	69.56
	3832	2270	59.24	2489	378	24	2891	75.44

RECLAMAÇÕES

No curso da Inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados ou jurisdicionados quanto ao desempenho do Magistrado ou ao funcionamento da secretaria da Unidade Inspeccionada.

O Magistrado Titular da 2ª Vara da Comarca de Camocim, por sua vez, apresentou algumas reclamações.

Expôs, inicialmente, que, apesar de a estrutura física do Fórum de Camocim ser boa, há problema de espaço físico da Secretaria, demasiadamente pequeno para a demanda de processos e trabalho.

Outro problema que, desta feita, vem prejudicando a tramitação dos feitos na 2ª Vara da Comarca de Camocim, é a quantidade insuficiente de servidores para o contingente de processos e atividades, a Secretaria conta apenas com uma servidora do quadro do Tribunal, os demais são servidores requisitados da Prefeitura, não conseguindo a Secretaria realizar os expedientes provenientes dos despachos, decisões ou sentenças.

Segundo, o magistrado os Oficiais de justiça lotados na comarca, apenas 02 (dois), não conseguem cumprir os mandados de maneira adequada. Esclarece que os mesmos são dois bons servidores; mas não conseguem atender dentro do prazo esperado a demanda das 2 (duas) varas.

RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo de outras orientações, foi recomendado, por ocasião do encerramento da inspeção, o seguinte:

- 1) Manter a atenção e monitoramento da efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2016, com destaque para a Meta 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) – Referida Meta do CNJ, ainda, não foi alcançada no presente ano; e Meta 2 (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau) – A Unidade apresenta elevado número de **867 (oitocentos e sessenta e sete) processos pendentes;**
- 2) As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso e os feitos que possuem tramitação prioritária (previstos na Lei nº. 12.008/2009 e Resolução nº. 18/2008-TJCE) e as que figuram como partes crianças ou adolescentes, **deverão ser identificadas e continuar tramitando mediante fluxo diferenciado,** especialmente, no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes;

- 3) Manter a atenção que vem sendo deferida aos processos de réus presos, apreciando, *ex officio*, o excesso de prazo na formação da culpa;
- 4) Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;
- 5) Deve ser adotado o Manual de Rotinas – Procedimento Cível Ordinário, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor de Secretaria, o que permitirá maior celeridade aos processos;
- 6) Dedicar especial atenção ao cumprimento e devolução das cartas precatórias;
- 7) Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI.

CONCLUSÃO

Os trabalhos inspeccionais permitiram o exame de considerável percentual do acervo processual, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Considerando as verificações quanto à tramitação dos feitos, constatou-se que, no período de análise, ponderando e observando sempre o elevado acervo processual da Unidade e as precárias condições de trabalho, a prestação jurisdicional na **2ª Vara da Comarca de Camocim** encontra-se abaixo do padrão aceitável. Registre-se, novamente, a exorbitante quantidade de processos na Unidade – 6.214 (seis mil duzentos e quatorze) processos –, coeficiente e fator significativo que afeta a prestação jurisdicional, contudo a Secretaria de Vara deve disponibilizar especial atenção as Metas do CNJ (vide quantidade de processos julgados x processos distribuídos – META 1 - CNJ) e a produtividade da Vara.

Tendo em vista, ainda, que a unidade jurisdicional passou por período sem juiz titular, a responsabilidade da corrente situação não pode recair sobre o magistrado titular atual.

Não foram detectadas irregularidades ou situações que possam comprometer o regular desempenho da atividade jurisdicional, uma vez que os pontos destacados no presente relatório são perfeitamente sanáveis.

É o relato, que ora se submete à apreciação desse Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Publique-se.

Fortaleza, 12 de dezembro de 2016.

Desembargador **FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA**
Corregedor Geral da Justiça

Rômulo Veras Holanda
Juiz Corregedor Auxiliar

Ricardo Bruno Fontenelle
Juiz Corregedor Auxiliar